



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO CMNE – 7ª RM/7ªDE
HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL
(H Mil DE Natal/1941)

MINUTA

CONTRATO DE CESSÃO DE USO
PREGÃO ELETRÔNICO TRADICIONAL Nº 18/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO (NUP): 64592.006697/2023-97

CONTRATO DE CESSÃO DE USO, A TÍTULO ONEROSO, DE PARCELA DO IMÓVEL RN 07-7007 Benfeitoria RN077007B074, PARA FUNCIONAMENTO DE UMA CANTINA, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, COMO INTERVENIENTE O MINISTÉRIO DA DEFESA, NESTE ATO REPRESENTADO PELO HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL (HGUN) E A EMPRESA

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA DEFESA, neste ato representado pelo HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL (HGUN), com sede na Avenida Hermes da Fonseca, nº 1385, bairro Tirol, na cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.295.746/0001-23, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas, ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL, Tenente-Coronel, nomeada pela Portaria nº 1.441, de 12 de setembro de 2019, publicada no DOU nº 186, de 25 de setembro de 2019, portador da matrícula funcional nº 011476304-8, doravante denominada CEDENTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CESSIONÁRIA(O), neste ato representada pelo(a) Sr. (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº 64592.006697/2023-97 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico Tradicional Nr 18/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O objeto deste Contrato é a cessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 63,45m² (sessenta e três m², quarenta e cinco cm² quadrados) de área útil, situada nas dependências do

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE NATAL, imóvel de propriedade da União, localizado na Avenida Hermes da Fonseca, nº 1385, bairro Tirol, CEP 59.015-145, cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para a instalação e funcionamento de uma cantina, para possibilitar a venda de gêneros alimentícios conforme cardápio básico, constante no presente Termo de Contrato.

1.2 Cardápio Básico a ser mantido pelo Cessionário/ parte integrante do Objeto da contratação:

Item	Descrição/Especificação	Valor de referência (R\$)
1	Água mineral sem gás 500 ml *	
2	Água mineral com gás 500 ml *	
3	Repositor hidro-eletrolítico 500 ml *	
4	Achocolatado, caixa 200 ml*	
5	Café com leite, copo 200 ml	
6	Café preto, copo 200 ml	
7	Café preto, copo 50 ml	
8	Leite, copo 200 ml	
9	Refrigerante (lata) 350 ml (5 sabores: Cola, Guaraná, Laranja, Limão e Uva)	
10	Refrigerante (garrafa) 600 ml (3 sabores: Cola, Guaraná e laranja)*	
11	Refrigerante (garrafa) 1 litro (3 sabores: Cola, Guaraná e laranja)*	
12	Bebida cítrica, 300 ml (Citrus/Tônica)*	
13	Refresco artificial diversos sabores, 300 ml	
14	Vitamina (banana ou abacate) ao leite, copo 300 ml	
15	Suco de polpa ao leite, sabores: cajá, goiaba, uva, acerola, maracujá, manga. 300 ml	
16	Suco de polpa, sabores: cajá, goiaba, uva, acerola, maracujá, manga, caju. 300 ml	
17	Suco natural Laranja/Limão, 300 ml	
18	Tapioca recheada c/ ovo, aro 18cm, 130g.	
19	Tapioca recheada c/ queijo e presunto, aro 18cm, 50g de recheio.	
20	Tapioca recheada c/ carne de sol, aro 18cm, 50g de recheio.	
21	Tapioca recheada c/ carne de sol e queijo de coalho, aro 18cm, 50g de recheio.	
22	Mini pizza, 150g	
23	Salgados variados, 150g	
24	Sanduíche (pão de hambúrguer (mínimo de 90 gr), alface, tomate, carne de hambúrguer (mínimo de 90 gr), ovo, queijo e presunto)	
25	Sanduíche natural	
26	Cuscuz temperado c/ salsicha, 200g	
27	Cuscuz temperado c/ ovo, 200g	
28	Pão (francês ou massa fina) com ovo	
29	Pão (francês ou massa fina) com queijo/presunto	
30	Bolo simples, fatia 150g	
31	Refeição tipo prato feito, contendo no mínimo: 120g de arroz ou macarrão, 100g de feijão, 150g de carne (bovina, peixe, porco ou frango), 15g de farofa e 100g salada diversa.	
32	Sobremesa (mousse, brigadeirão, pavê), 100g	
Total		

OBS: * especificar as marcas e nome fantasia, que se vincularão ao preço ofertado pelo licitante/ conforme sabores.

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 O Edital da Licitação;

1.3.3 A Proposta do Cessionário;

1.3.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco)** anos contados da data de sua assinatura prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Cessionário.

2.2 O Cessionário não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4 O contrato não poderá ser prorrogado quando o Cessionário tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

3 CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A presente cessão de uso obedecerá às condições especiais adiante elencadas:

3.2.1 Vedação de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente;

3.2.2 Cumprimento das normas relacionadas com o funcionamento da atividade vinculada ao objeto da cessão de uso e com a utilização do imóvel;

3.2.3 Compatibilidade do horário de funcionamento da referida atividade com o do HGuN;

3.2.4 Exercício da citada atividade sem prejudicar a atividade-fim ou o funcionamento do nominado Órgão;

3.2.5 Aprovação prévia da Cedente, através do nominado Órgão, para a realização de qualquer obra de adequação ao espaço físico a ser utilizado pela(o) Cessionária(o);

3.2.6 Precariedade da cessão, que poderá ser revogada a qualquer tempo, havendo interesse do serviço público, independentemente de indenização;

3.2.7 Arcar com serviços de dedetização, desratização, na área da cantina;

3.2.8 Fiscalização periódica por parte da Cedente;

3.2.9 Vedação de ocorrência de cessão, locação ou utilização do imóvel para fim diverso do previsto na Cláusula Terceira deste Contrato;

3.2.10 Reversão da área constituinte da presente cessão de uso, ao término da vigência deste Contrato, independentemente de ato especial;

3.2.11 Restituição da ora cedida área do imóvel, em perfeito estado de conservação.

4 CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor mensal da retribuição pelo uso da área objeto da cessão ora formalizada será de de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), perfazendo um valor total anual de 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais).

6 CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O pagamento dos valores da retribuição pecuniária, indicado no item 5.1. deste termo, deverá ocorrer até o 5º dia (quinto dia) do mês subsequente ao vencido, a ser efetuado pelo(a) Cessionário(a), na conta única do Tesouro Nacional, em favor do Hospital de Guaranição de Natal, UG 167345, através de Guias de Recolhimento da União (GRU), a ser confeccionada pela Cedente, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado até o décimo dia do mês subsequente ao vencimento.

6.1.1 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, o valor devido será acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I= Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 O valor mensal da retribuição pelo uso da área objeto da cessão ora formalizada é fixo e irrevogável no prazo de um ano contado da data da assinatura do Contrato.

7.2 Após o interregno de um ano e independentemente de pedido do Cessionário, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo cedente cedente, com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (**IBGE**), com base na variação apurada no período considerado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o cedente pagará ao Cessionário a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Os valores do cardápio obrigatório deste contrato, se requerido pelo cessionário, poderão ser atualizados, de acordo com Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – Grupo Alimentação e Bebidas – item alimentação fora do domicílio no Brasil divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base na variação apurada no período considerado

7.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.9 O reajuste será realizado por apostilamento/Aditivo.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CEDENTE

8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela cessionária, de acordo com as cláusulas contratuais, seus anexos e os termos de sua proposta;

8.2 Ceder a mencionada área do imóvel à(o) cessionária(o), para a finalidade indicada no objeto desta licitação;

8.3 Permitir o acesso dos empregados da(o) cessionária (o) às suas dependências, para o exercício de suas atividades laborais;

8.4 Não permitir que os empregados da Cessionária (o) realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

8.5 Realizar vistoria, antes da ocupação do imóvel pela cessionária, observando o estado geral das instalações e das benfeitorias preexistentes, reduzindo-a a termo assinado pelo responsável pela vistoria e pela cessionária.

8.6 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado (Fiscal de Contrato), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.7 Aplicar ao Cessionário as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Cessionário no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Cessionário com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Cessionário, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.13 A cedente deverá cumprir disposições normativas, no que couber, da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

9.1 O Cessionário deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos (Termo de referência, e etc...), assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2 Utilizar a área cedida, exclusivamente, na finalidade definida no objeto do Contrato;

9.3 Pagar regulamente, os valores mensais fixados a título de retribuição pela cessão de uso objeto do Contrato;

9.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

9.5 Comunicar ao cedente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.7 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.8 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo cedente, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.9 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o cessionário deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3)

certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Cessionário; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais relativas a encargos fiscais, trabalhistas, sociais, previdenciários, civis e comerciais que onerem a atividade vinculada à mencionada concessão/permissão de uso, eximindo a cedente de quaisquer dessas responsabilidades;

9.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.12 Paralisar, por determinação do cedente qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.14 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.16 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.18 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.19 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do cedente;

9.20 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.21 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.22 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo interna e externamente o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.23 Dispor de recipientes adequados ao recolhimento do lixo, sendo de sua inteira responsabilidade efetuar, diariamente, a sua remoção ao ponto de coleta geral, determinado pelo cedente.

9.24 Submeter previamente, por escrito, ao cedente, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.25 Disponibilizar os horários para atendimento dos usuários, conforme o disposto no Termo de Referência;

9.26 Disponibilizar uniformes aos funcionários, conforme o disposto no Termo de Referência;

9.27 Cumprir as disposições dos regulamentos internos da Cedente;

9.28 Permitir que a cedente realize as ações de fiscalização da execução do Contrato e acolher as observações e exigências que por ela venham a ser feitas;

9.29 Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas os seus funcionários no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências do HGuN;

9.30 Permitir que a cedente realize vistoria nos bens e instalações objeto da cessão, sempre que entender conveniente, desde que não interfira no funcionamento da Cantina;

9.31 É vedado ao cessionário Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para operação financeira;

9.32 o cessionário não poderá interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

9.33 O cessionário deverá atender, no que couber, o que prescreve o Decreto nº 84.444, de 30 Jan 1980, devendo apresentar ao fiscal de Contrato os documentos que se fizerem necessário, durante a execução do contrato;

9.34 O cessionário deverá cumprir disposições normativas, no que couber, da Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato).

10 CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1 A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), **na modalidade XXXXXX**, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, no prazo de até de 10 (dez) dias da assinatura do mesmo, com validade igual ao tempo de execução dos serviços.

10.2 A garantia será liberada ou restituída após a execução do contrato.

10.3 Podendo a cessionária optar por uma das seguintes modalidades abaixo:

10.4 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Cessionário não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.5 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.6 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.7. deste contrato.

10.7 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o cessionário ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.8 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.8.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.8.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.8.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Cessionário, quando couber.

10.9 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.8., observada a legislação que rege a matéria.

10.10 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.10.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.10.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.10.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Cessionário, quando couber.

10.11 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.10, observada a legislação que rege a matéria.

10.12 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do cedente, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.13 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.14 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.15 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.16 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Cessionário obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.17 O cedente executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.17.1 O emitente da garantia ofertada pelo Cessionário deverá ser notificado pelo cedente quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.17.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.18 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do cedente, mediante termo circunstanciado, de que o Cessionário cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.19 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.20 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo cedente com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.20.1 O Cessionário autoriza o cedente a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Cessionário que:

1.a der causa à inexecução parcial do contrato;

1.b der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

1.c der causa à inexecução total do contrato;

1.d ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

1.e apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- 1.f praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 1.g comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 1.h praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2 Serão aplicadas ao Cessionário que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o Cessionário der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

i.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

i.2. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

2.1. O atraso superior a 90 (noventa) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

i.3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 15% a 30% do valor do Contrato.

i.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 10% a 25% do valor do Contrato.

i.5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 20% a 30% do valor do Contrato.

i.6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 20% do valor do Contrato.

i.7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1, a multa será de 5% a 15% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao cedente.

11.3.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo cedente ao Cessionário, além da perda

desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *20 (vinte) dias corridos* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Cessionário, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b as peculiaridades do caso concreto;
- c as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d os danos que dela provierem para o cedente;
- e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7 A personalidade jurídica do Cessionário poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Cessionário, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8 O cedente deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10 Os débitos do Cessionário para com a Administração cedente, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Cessionário possua com o mesmo órgão ora cedente, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1 O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1 O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o cedente, quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do Cessionário pelo cedente nesse sentido com pelo menos **60 dias corridos (2 meses)** de antecedência desse dia.

12.1.3 Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após **60 dias corridos (2 meses)** da data da comunicação.

12.2 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3 Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o Cessionário mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade cedente ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13 DEVOLUÇÃO DO IMÓVEL

13.1 O Cessionário terá 30 (trinta) dias corridos para a entrega do imóvel e a sua devolução nas mesmas, ou melhores, condições recebidas conforme Termo de Vistoria para ocupação do imóvel (Fiscalização administrativa);

13.2 Os espaços e as paredes devem estarem desobstruídos e limpos, sem material fixado, tomadas e luminárias em ordem e funcionando, fugas de cerâmicas e azulejos rejuntados, paredes internas pintadas, na cor branco neve;

13.3 Serão tolerados as deteriorações naturais do seu uso regular

14 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1 (SUPRESSÃO)

14.2 Não haverá, para o HGuN, despesa decorrente da execução destes serviços, pois trata-se de contrato de receita;

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo cedente, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O Cessionário é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do cedente, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao cedente divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

18.1 Fica eleito o Foro da **Seção Judiciária de Natal – RN - Justiça Federal** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

19 Integram este termo de contrato, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

19.1.1 ANEXO I - Termo de Referência

19.1.1.1 Anexo A do Anexo I – Planilha de Itens;

19.1.2 ANEXO II – Termo de Vistoria para ocupação do imóvel (Fiscalização administrativa)

Natal-RN, de novembro 2023.

ANDRÉA GUIMARÃES GURGEL – TEN CEL
Ordenador de Despesas do HGuN

Representante(s) legal(is)

RG
CPF

Testemunhas:

**Nome completo -
Testemunha**

**Nome completo -
Testemunha**